

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 46¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

26 de agosto de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 45)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz **4 informações**.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas ao dia 24/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **125 Requerimentos para realização de Audiências Públicas e vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 24 de agosto da enquete relativa à PEC, **com destaque para o fato de que já foram mais de 200 mil votos contrários à PEC 32 (92% do total de votos computados)**
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescido a esse Relatório da PEC 32, o **item 8 – Acesso aos documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, **inclusive com as apresentações do dia 18 de agosto.**
- No item 9 – Agenda do dia, não há previsão de atividades na data de hoje (26 de agosto).

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – Relator da reforma administrativa vai propor que Legislativo regule regras de governança e de avaliação

TCU sugere que o princípio da governança, excluído da PEC pela CCJ, volte a fazer parte do texto

25/08/2021 - 13:36

O relator da reforma administrativa ([Proposta de Emenda à Constituição 32/20](#)), deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), anunciou que vai propor que o Poder Legislativo tenha a iniciativa de regulamentar as regras de governança e de avaliação do serviço público.

"Não podemos ficar esperando 23 anos mais para o Poder Executivo enviar uma proposta, como não enviou o projeto de lei de avaliação de desempenho", comentou. "É fundamental que haja métricas dos setores que possam ser avaliados. Com exceção da educação, que tem notas para

os alunos, não vejo ainda outras métricas que possam ser aplicadas para avaliação e busca de melhoria permanente."

Arthur Oliveira Maia sugeriu que o anteprojeto de lei para governança e avaliação de desempenho seja elaborado por uma comissão preliminar. Já o presidente da Comissão Especial da Reforma Administrativa, deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#), propôs a criação de uma comissão permanente para discutir a reforma do Estado brasileiro. "Que não seja apenas nesta legislatura, para que a gente possa sempre estar renovando. Porque a velocidade das coisas hoje é dinâmica e a gente precisa ter este debate", defendeu Monteiro.

A proposta de criação de uma comissão permanente foi apoiada por deputados contrários à reforma administrativa, entre eles [Professor Israel Batista \(PV-DF\)](#) e [Rogério Correia \(PT-MG\)](#).

Princípio da governança

Na audiência pública realizada nesta quarta-feira (25), o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes defendeu que a Comissão Especial da Reforma Administrativa restabeleça a boa governança como princípio da administração pública. Ao votar a admissibilidade da [PEC 32/20](#), a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania suprimiu esse princípio do texto da proposta.

Augusto Nardes destacou a importância da governança, com ferramentas de avaliação e monitoramento, para melhorar a entrega de resultados pelo Estado e evitar problemas como as 14 mil obras inacabadas. "Sem governança não adianta fazer reforma administrativa. Continuaremos a ter perdas como as obras inacabadas", alertou.

"Não adianta acharmos que vamos fazer as coisas na base da improvisação. Sem boa governança, há o risco de que a reforma administrativa possa ser um grande fracasso. Já temos problemas de credibilidade na estrutura do estado e a sociedade quer resultados."

O ministro do TCU informou que apenas 14% dos municípios utilizam ferramentas de governança. Augusto Nardes também acredita que a avaliação e o monitoramento de ações pode evitar conflitos de agentes que contratam e executam serviços e obras por interesse próprio.

O deputado Professor Israel Batista, no entanto, disse que a boa governança não deveria ser um princípio da administração pública. "Qualquer juiz vai fazer interpretações sobre esse assunto e vamos ter ampla possibilidade de perseguições jurídicas aos gestores. Combatemos o acréscimo desses princípios à PEC 32. Conseguimos retirá-los ainda na CCJ porque fariam uma confusão jurídica em que gestores e gestoras não iriam assinar nada neste País."

Israel Batista observou que os piores índices de governança estão nos municípios com o menor percentual de servidores concursados e estáveis. "Onde você tem servidor estável concursado, você tem índice geral de governança bom", comparou.

Resultados

O deputado [Osmar Terra \(MDB-RS\)](#) apoiou a avaliação de resultados no serviço público como um meio de estimular a meritocracia. Ele sugeriu, por exemplo, que equipes de saúde da família com melhor avaliação sejam recompensadas com um bônus. "Os hospitais públicos têm resultados muito ruins porque a governança termina num custo altíssimo. Tem hospitais do Rio Grande do Sul que custam dez vezes mais do que um hospital privado de elite. O mesmo

procedimento, o mesmo doente, custa para os cofres públicos dez vezes mais do que um particular."

Professor Israel Batista defendeu, no entanto, que as métricas para avaliar o serviço público sejam diferentes das usadas na iniciativa privada. "Não posso comparar um médico com outro que tem infraestrutura melhor. Não posso premiar uma professora porque a turma dela se saiu melhor. Serviço público é cooperação, enquanto atividade privada é competição."

Fernando Monteiro apontou ainda para a necessidade de oferecer condição de trabalho, motivação e legislação adequada para servidor público. "Não adianta ter posto de saúde, com dois médicos, se não tem remédio, maca e equipamentos. Por isso esta reforma é a favor dos servidores", argumentou.

Impacto financeiro

Os deputados do PT [Rogério Correia \(MG\)](#), [Rui Falcão \(SP\)](#) e [Alencar Santana Braga \(SP\)](#) questionaram Augusto Nardes sobre o pedido do TCU de informações sobre as projeções de redução de gastos públicos na reforma administrativa.

Rogério Correia defendeu que a tramitação da PEC seja suspensa até o envio das informações. "Até hoje não temos demonstrativa de impacto financeiro da reforma administrativa", lamentou.

Rui Falcão observou que, na justificativa da proposta, o Poder Executivo apenas informou que haveria redução de gastos obrigatórios, mas não apresentou uma estimativa. No entanto, o Ministério da Economia apresentou à imprensa projeções que variam de R\$ 300 bilhões a R\$ 816 bilhões no longo prazo.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Reportagem - Francisco Brandão - Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/799248-relator-da-reforma-administrativa-vai-propor-que-legislativo-regule-regras-de-governanca-e-de-avaliacao/>)

Informação 02 – Comissão da Reforma Administrativa ouve ministro do TCU sobre experiência de governança

25/08/2021 - 08:15

Experiência do TCU será apresentada por ministro

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) ouviu nesta quarta-feira (25) o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes sobre a experiência de governança no tribunal. O debate atende a sugestão do deputado [Osmar Terra \(MDB-RS\)](#).

A PEC altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos, modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

O debate foi realizado às 9h30, no plenário 2.

Da Redação – RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/798507-comissao-da-reforma-administrativa-ouve-ministro>)

Informação 03 – Pesquisadores defendem limite a ocupação de cargos civis por militares

Deputado nega que haja politização nas Forças Armadas ou em militares que ocupem cargos civis

24/08/2021 - 21:45

Na audiência pública da Comissão Especial da Reforma Administrativa ([Proposta de Emenda à Constituição 32/20](#)), pesquisadores defenderam limites para ocupação de cargos civis por policiais e militares da ativa. Com base em dados do Tribunal de Contas da União (TCU), o número de militares cedidos para cargos civis no governo federal aumentou de 3.515, em 2019, para 6.157 no ano passado. Uma das emendas à reforma administrativa determina que militares passem à reserva ao assumir um cargo ou emprego público civil, seja ele permanente ou temporário.

A diretora de Programas do Instituto Igarapé, Melina Risso, considera perigoso que a função policial e das Forças Armadas seja acumulada ou compatibilizada com outras funções. "Outra questão é a porta giratória em relação à participação política de membros dessas categorias. A gente tem visto uma mistura bastante perigosa de politização, tanto das polícias quanto das Forças Armadas", alertou.

O antropólogo e pesquisador da Uerj Robson Rodrigues, que é coronel da reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, teme que a tendência aumente o corporativismo e prejudique a especialização e o profissionalismo dos policiais militares. "Devemos evitar a politização das instituições militares", defendeu.

Outra preocupação é que alguns estados, de maneira infraconstitucional, têm categorizado como de natureza militar funções tipicamente civis.

Separação e missão

O deputado [Alencar Santana Braga \(PT-SP\)](#) defendeu a separação de funções militares e de segurança dos cargos civis. "Nós temos aqui no governo federal uma participação imensa de militares na ativa ocupando cargos civis. Sem dúvida alguma haverá uma contaminação política, isso é natural do ser humano, assim seria em qualquer outro setor. Por isso, a gente tem de separar."

O deputado [Coronel Armando \(PSL-SC\)](#) nega que haja politização nas Forças Armadas ou em militares que ocupem cargos civis. Ele destaca que a prática respeita a Constituição. "O militar vem a contribuir trazendo a sua forma de trabalhar, a sua organização e seu espírito de cumprimento de missão para administração pública. A politização não existe dentro das Forças Armadas. Então ela não vai existir enquanto um militar ocupar cargo de natureza civil", argumenta.

Coronel Armando acredita que a experiência de militares em cargos civis pode ser benéfica para administração pública. "De maneira nenhuma há prejuízo. A gente leva os valores para um

novo ambiente de trabalho e traz em retorno algumas novidades para nossa Força. Isso acaba contribuindo para melhorar."

Meritocracia

Os debatedores se dividiram sobre a possibilidade de a reforma administrativa ser aplicada às carreiras militares e de segurança pública. Entre os contrários, o advogado da União e consultor jurídico do Ministério da Defesa, Idervânio da Silva Costa, defendeu que os militares possuem objetivos específicos e regime jurídico adequado a suas finalidades. "Já existe na carreira militar meritocracia e flexibilização de vínculo funcional, com custo-benefício adequado", argumentou.

Ele lembrou ainda que os militares de carreira têm ingresso exclusivamente por concurso público, sendo que os oficiais passam por curso de formação de cinco anos nas academias militares, em regime de internato. Já os militares temporários, que compõem 55% do efetivo, não adquirem estabilidade e permanecem no máximo por oito anos nas Forças Armadas.

Em contraponto, Melina Risso afirmou que uma pesquisa recente do Instituto Igarapé identificou que, nas polícias civis e militares, as promoções não são por merecimento, somente por tempo de serviço. "A estruturação e a profissionalização da carreira policial precisa ser feita para valorizar os policiais com salário adequado e com política de cargos que seja adequada ao desafio que enfrentam no cotidiano."

No entanto, ela acredita que a gestão das carreiras policiais poderia ser feita por leis orgânicas próprias dos estados, e não na reforma administrativa.

Adicionais e avaliação

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Rodolfo Queiroz Laterza, também argumentou que a reforma administrativa seria incompatível com as carreiras de segurança e poderia gerar problemas de estabilidade nas instituições policiais. Como exemplo, ele afirmou que a extinção de adicionais de tempo de serviço poderia prejudicar carreiras que não têm privilégios e cuja remuneração é baixa. Outra distinção em relação a outros cargos públicos seria a avaliação de desempenho, que segundo ele é extremamente severa para os policiais.

Laterza ainda demonstrou preocupação com dispositivo da reforma administrativa que, segundo ele, poderia delegar as atividades militares e de segurança pública para iniciativa privada. "Isso pode tornar inefetivo um serviço que é essencial para o direito à vida, à liberdade, à segurança", alertou.

Robson Rodrigues defendeu uma reforma administrativa que dê eficiência ao serviço de segurança pública e seja benéfica para os próprios integrantes do sistema de segurança pública. "As Polícias Militares espelham o modelo organizacional e o regime jurídico do Exército. Isso acaba impondo um custo adicional para PM."

Guardas municipais

Representantes de guardas municipais defenderam que a categoria ganhe status de polícia e seja incluída no rol de carreiras típicas de Estado, que na reforma administrativa vão manter a estabilidade e outros direitos.

O dirigente da Comissão Norte e Nordeste de Guardas Municipais (Connegum), Fernando Lourenço da Silva Neto, lembrou que as guardas municipais já foram reconhecidas em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) como parte do sistema de segurança pública.

Ele ainda observou que os municípios têm aumentado os gastos com segurança pública. Segundo dados dos Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as prefeituras gastaram 5,3% a mais com segurança em 2019, na comparação com o ano anterior. Já os estados tiveram aumento de apenas 0,6%, enquanto a União sofreu queda de 3,8%. No total, 2.423 cidades declararam gastos com segurança em 2019.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (Sisguario), Rogério Chagas, lamentou que os guardas municipais ficam à mercê dos prefeitos, que podem impedir ou restringir sua atuação. "Falta ousadia de encarar o problema. Ou vamos ser guardas ou servidores comuns", comentou.

O deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) defendeu que a estabilidade seja garantida para militares e servidores públicos civis. "Quem pode dizer se o servidor é necessário ou não? Imagine o prefeito determinar se a guarda municipal é necessária ou não. Todos têm que ter o direito à estabilidade, que é inerente ao serviço público", apontou.

Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/799010-pesquisadores-defendem-limite-a-ocupacao-de-cargos>)

Informação 04 – Presidente da comissão da reforma administrativa diz que entrega do parecer será segunda-feira

Presidente da comissão da reforma administrativa diz que entrega do parecer será segunda-feira

Deputado Fernando Monteiro garante que marcará a sessão da comissão especial até quarta-feira, caso o deputado Arthur Maia realmente entregue o texto até segunda-feira

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília

25/08/2021 14h45 Atualizado há 20 horas

Fonte: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/08/25/presidente-da-comisso-da-reforma-administrativa-diz-que-entrega-do-parecer-ser-segunda-feira.ghtml> (restrito a assinantes)

3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC
- CESP**
→ ESTÁ AQUI
- Plenário Virtual

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.

Ver menos

Chegou à comissão em: 09/06/2021

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- 24/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Aprovado requerimento n. 123/2021 do Sr. Osmar Terra que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
- Aprovado requerimento n. 125/2021 do Sr. Professor Israel Batista que requer à Comissão Especial que solicite ao Tribunal de Contas da União o envio dos estudos da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, em caso de aprovação da PEC nº 32, de 2020, requeridos pelo TCU no processo nº 016.435/2021-4 daquele Tribunal.

- **Data:**

24/08/2021

- **Andamento:**

PLENÁRIO (PLEN)

- Apresentação da Solicitação de Informação ao TCU n. 12/2021, pela PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA, que "Solicita ao Tribunal de Contas da União o envio dos estudos da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia contendo a metodologia de cálculo que fundamentem a projeção de redução de gastos públicos, no longo prazo, em caso de aprovação da PEC nº 32, de 2020, requeridos pelo TCU no processo nº 016.435/2021-4 daquele Tribunal". [Inteiro teor](#)


5 – Enquete da PEC 32

[Página Inicial](#) / [Atividade Legislativa](#) / [Projetos de Lei e Outras Proposições](#) / [PEC 32/2020](#)

Acesse a nova versão da ficha de tramitação
mais fácil de entender



[Cadastrar para acompanhamento](#) | [Versão anterior da ficha](#) | [Versões para impressão](#) ▼


PEC 32/2020

[Inteiro teor](#) 
Proposta de Emenda à Constituição

Situação: Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

Acessóri de:

 PROPOSTA APROVADA
 PROPOSTA REJEITADA

 **PEC**
32/2020

O QUE VOCÊ ACHA DISSO?

[Responda](#)

Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente	Concordo na maior parte	Estou indeciso	Discordo na maior parte	Discordo totalmente
---------------------	-------------------------	----------------	-------------------------	---------------------

VOTAR

**CANCELA
A REFORMA
já!**

6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 24 de agosto

ENQUETE DA PEC 32/2020

Veja a tramitação | Entenda a proposta

RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

ASSISTA

Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes e debatedores, basta colocar o cursor no título da Audiência Pública e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida.

ASSISTA



Audiência Pública com o Ministro Augusto Nardes



Forças Armadas, Militares dos Estados e do DF e Políticas de Segurança



Seminário Estadual - Sergipe



Seminário Estadual - Pernambuco



Efeitos da Reforma nas Políticas Públicas de Educação e Saúde



Efeitos Sobre os Atuais Servidores Federais, Estaduais e Municipais



Situação dos Empregados Públicos na Reforma



Regime Próprio de Previdência Social

TRANSMISSÕES (COMISSÃO ESPECIAL)

Para acessar a todas as transmissões que ocorreram na Comissão Especial, acessar o (s) link (s) abaixo:

<https://www.camara.leg.br/transmissoes/?idOrgaosSuperiores=538928&dataInicial=01/01/2021&dataFinal=31/12/2021&pagina=2>

[:https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar)

8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32

Obs: Para acessar as apresentações realizadas pelos palestrantes, basta colocar o cursor no nome da/o participante e acessar a página respectiva que contém a apresentação desenvolvida na Audiência Pública.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública de 18/08/2021: Efeitos da reforma nas políticas públicas de educação e saúde

- [Francisca Valda da Silva](#), Conselheira Nacional de Saúde - CNS

Audiência Pública de 17/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma

- [Kleber Cabral](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDIFISCO Nacional
- [Antônio Geraldo de Oliveira Seixas](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil - Sindireceita
- [Conrado Tristão](#), Coordenador da Sociedade Brasileira de Direito Público - SBDP

Audiência Pública de 11/08/2021: Situação dos empregados públicos na reforma

- [Maria da Penha Barbosa da Cruz](#), Diretora de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia
- [Maria Rita Serrano](#), Membro do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

Audiência Pública de 10/08/2021: Regime próprio de previdência social

- [Theodoro Vicente Agostinho](#), Advogado e Coordenador da Pós-Graduação em Direito Previdenciário da EBRADI
- [Décio Bruno Lopes](#), Presidente da Associação da Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

Audiência Pública de 05/08/2021: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

- [Ismar Viana](#), Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC

Audiência Pública de 04/08/2021: Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

- [Fabio Faiad Bottini](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL;
- [Weber Sutti](#), Diretor da Fundação Lemann;
- [Rodrigo Keidel Spada](#), Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE;
- [Iracema Keila Castelo Branco](#), Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

- **Cibele Franzese**, Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- **Unadir Gonçalves Junior**, Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público

- **Leonardo José Mattos Sultani**, Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- **Leonardo Secchi**, Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- **Alketa Peci**, Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência

- **Felipe Drumond**, Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- **Lademir Gomes da Rocha**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- **José Celso Pereira Cardoso Junior**, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
 - [Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil](#)
 - [Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020](#)
 - [Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos](#)

Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

- **Renata Gil de Alcantara Videira**, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- **Clóvis dos Santos Andrade**, Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI
- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

- **ATIVIDADE PREVISTA PARA O DIA 26 DE AGOSTO na Comissão Especial**

NÃO HÁ EVENTOS PROGRAMADOS PARA ESTA DATA